informação geral

Estudantes escolhem edifício para a Faculdade de Ciências

• *O comandante do BSB afirma ser impossível detectar as causas do incêndio*

Comissões constituídas por estudantes e professores começaram já a visitar alguns edifícios propostos pelo MEC para continuação das aulas da Faculdade de Ciências de Lisboa, destruída por um incêndio na madrugada de sábado. Em assembleia geral ontem realizada, foi, por outro lado, decidido processar as avaliações de conhecimento dos alunos, de maneira a minimizar os seus prejuízos. Entretanto, e também ontem, o comandante do BSB, que foi uma peritagem ao sinistro, afirmou ser impossível descobrir, para já, as causas da tragédia.

«Tenho andado intrigado com alguns aspectos deste fogo sobretudo com a maneira como ele se propagou. É desconcertante. A orientação das chamas não era natural, mas agora que já tudo em pormenor já não sei o que pensar: vai ser impossível descobrir as causas do incêndio», declarou ontem ao nosso jornal o comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros de Lisboa, coronel Teixeira Coelho.

«Não sei, na verdade, a que conclusões chegara, prosseguiu aquele oficial, edado o estado em que tão ficou. A Faculdade estava cheia de barracas de gás, de poeiras, de inflamabilidades. Há, desde já várias coisas que explicam o sucedido: primeiro, as poeiras acumuladas nos tectos, que nunca foram limpos; segundo, as construções de madeira, madeira também cheia de poeiras (repetiu). a existência de construções clandestinas, sem qualquer condições como o painilhão onde começou o fogo; quarto, a ocupação excessiva e indevida das instalações existentes; quinto, a utilização dos sótãos para colocação de produtos químicos. Face a isso, não é de admirar que o sinistro se tivesse dado.»

O comandante Teixeira Coelho, que fez ontem a anunciada peritagem ao local, determinou a manutenção por mais alguns dias dos bombeiros nas ruinas da Faculdade. Faculdade que há-de ser reconstruída e, possivelmente, transformada em museu. Museu da Ciência e da História Natural, como defendem os actuais componentes da sua direcção da Associação, que ontem deram uma conferência de imprensa e que esta manhã recebem de novo as formalidades.

Estudantes procuram nova casa

O MEC, que tem estado em contacto com as comissões de alunos e professores, e que deslocou para o local um gabinete de técnicos a fim de estudarem a aproveitamento das instalações, apresentou já as referidas comissões vários edifícios para substituírem provisoriamente o da faculdade destruída. Deles, os que apresentam melhores condições são o da Avenida 24 de Julho (para onde o MEC tenderia a transferir-se) e o do Palácio do Bramão, na Rua da Escola Politécnica.

Essa situação vai ser, no entanto, provisória, e muito importante que se sublinhe isso, destacaram Rui Baptista, Teresa Pessanha e João Filipe, promotoras da conferência de imprensa. «A nossa escola não pode ser arrebatada, não pode ser assumida em termos de qualidade de ensino. Não queremos que selam tomadas sobre ela, ela que sempre nos pertenceu. Rejeitamos já a partida o espartilho de uma faculdade em bocadinhos, funcionando, por exemplo, numas secções num lado da cidade e outras noutro. Para isso é preferível que continue fechada!

As reuniões que ontem tivemos, prosseguiram aqueles elementos da direcção da associação, para organizarmos as propostas que vão determinar os nossos trabalhos, concluíram que a escola não pode ser decidida no seu funcionamento. Para isso vai ser exigida a cedência de novas instalações que permitam a continuação das aulas, e vai ser tentado recuperar os laboratórios que não ficaram totalmente inutilizados. Dadas as necessidades agora surgidas devem ser propostas ao Conselho de Ministros de amanhã o reforço da verba de 125 mil contos, prevista para a construção da nova faculdade, para o dobro. Paralelamente, os professores catedráticos vão desenvolver contactos internacionais a fim de obterem apoios de países como a Noruega e de organizações como a UNESCO. A escola não se lamuse, vai sobreviver! que seja agarrada aos seis escombros!»

Prevista desde 1955, a transferência da Faculdade de Ciências para a Cidade Universitária, tal não se concretizaria por, a partir de 1961, a guerra colonial ter desviado muitas das verbas da Educação para a Defesa, apesar dos inúmeros alertas feitos por professores, alunos e bombeiros. O 25 de Abril não veio alterar a situação de perigo crescentemente agravada pela degradação progressiva do velho edifício.

Reafirmando que o fogo se deveu a fontes de ignição-direta, os representantes da direcção da Associação apresentaram como indícios desta conclusão, as crescentes manifestações revolucionárias de alunos e populares. «Tem havido, especialmente pessoas que vêm aos portões dizer que tudo isto é o resultado do 25 de Abril».

Posição idêntica tomou, em comunicado distribuído a noite passada, a UDP, União Democrática Popular, que atribui a responsabilidade de tudo ao Governo PS/CDS, pois além de tal como os anteriores nada ter feito para resolver o problema, tem, bem pelo fez para combater os fascistas, tem liberdade os pides e os bombistas. Tem permitido, com a sua cumplicidade, o seu avanço de tal modo que são possíveis para quatro anos após o 25 de Abril, crimes deste tipo contra o povo português».

Nota oficiosa do MEC

Entretanto, os órgãos de comunicação social receberam do Ministério da Educação e Cultura uma nota oficiosa em que se afirma:

«Em nota divulgada à imprensa pela SIP do PCP acerca do incêndio que devastou as instalações da Faculdade de Ciências de Lisboa, afirma-se que as proporções que o incêndio assumiu se devem em grande parte ao estado esfarrapado das instalações da Faculdade de Ciências de Lisboa, e que fora em tempos denunciado por alunos, professores e outros trabalhadores daquela escola e mesmo por corporações de bombeiros, perante a indiferença do Ministério da Educação e Cultura. E mais adiante, aquele partido considera que «devem ser prestadas contas à opinião pública do destino que levaram as advertências quanto à insegurança das instalações da Faculdade».

No intuito de esclarecer tal questão e face à existência de diversas versões da mesma, transcreve-se, o comunicado do conselho directivo da Faculdade de Ciências de Lisboa a propósito dos acontecimentos. Por ele se verifica que os serviços dependentes do Ministério da Educação e Cultura, entre os quais não conta, como é do conhecimento geral e decorre da própria natureza da respectiva esfera de competência a Direcção-Geral das Construções Escolares, cumpriram integralmente a sua obrigação.

Comunicado: Na madrugada do dia 18 de Março, deflagrou um incêndio de grandes proporções no edifício da Faculdade de Ciências de Lisboa. O incêndio iniciou-se nos pavilhões pré-fabricados do pátio interior do edifício. As 22.30 um dos guardas da noite fechou as selas dos pavilhões e desligou o quadro da electricidade geral das salas, que afasta a hipótese de curto circuito.

Entre as 00.30 e as 00.40 o guarda do interior fez a segurança do edifício e pastir das 24 horas detectou um incêndio nos referidos pavilhões e deu o alarme para o exterior.

Apesar da pronta chegada dos bombeiros não foi possível evitar o alastramento das chamas à maioria do edifício, conseguindo-se, porém salvar o laboratório de química, condição essencial para não pôr em perigo toda a área circundandante da Faculdade em virtude dos materiais explosivos e inflamáveis nele contidos.

(Foto «DN» — Acácio Franco)

O comandante dos BSB, coronel Teixeira Coelho, contempla, cético, as ruinas da Faculdade, durante a peritagem que ontem efectuou. Aos Jornalistas afirmaria que vai ser impossível apurar as causas do terrível incêndio

Perdas irreparáveis

Há contudo a lamentar perdas irreparáveis do património cultural nacional nos museus Bocage e Mineralógico que continham espécimes únicos no mundo.

O conselho directivo comunicou dos graves perigos que a Faculdade atravessa já há muitos anos, alertou repetidas vezes as autoridades competentes baseado numa detalhada vistoria efectuada pelos bombeiros de Lisboa em 1975.

O relatório que então se elaborou considerava o edifício da Faculdade um dos mais explosivos de Lisboa e apontava para a necessidade urgente das seguintes obras: extintores em locais devidamente demarcados; sistema de detecção de incêndios; instalação de bocas de incêndio que eram então inexistentes; e alargamento dos portões de acesso ao qual não comportam a entrada dos veículos-tanques mais potentes dos bombeiros.

Das necessidades acima mencionadas apenas foi possível obter, em Novembro de 1976, da Direcção-Geral do Ensino Superior a verba necessária para aquisição dos extintores. As restantes obras, a carro da Direcção-Geral das Construções Escolares, foram sucessivamente protteladas tendo finalmente começado em Agosto de 1977 a colocação de bocas de incêndio. Tais obras arrastaram-se inexplicavelmente até à presente data, tendo o conselho directivo solicitado em tempo um inquérito à maneira como elas estavam a decorrer. O facto de as obras não estarem ainda concluídas motivou:

Que não tivesse sido possível atacar o incêndio pela ala Leste onde estava a deflagrar com mais intensidade, por lá não ter sido encontrovam valas, amontoados de terra e ninguém.

Que as bocas de incêndio, colocadas há menos de 15 dias, não se encontravam ainda ligadas às novas canalizações, o que motivou frequente falta de água, com prejuízo no combate aos incêndios.

O não alargamento dos portões impediu como se previa que os carros de maior potência, entrassem nas alas onde o fogo lavrava.

No decorrer das presentes obras foi mais de uma vez chamada a atenção para o facto de que no caso de incêndio, seria completamente impossível combate-lo devido à existência das referidas valas e amontoados de terra em todas as alamedas circundantes do edifício. Note-se que se o incêndio se tivesse verificado há cerca de um mês, nenhum carro de bombeiros podia ter penetrado no recinto da Faculdade.

O Conselho Directivo deseja manifestar a sua intenção de tomar todas as providências no sentido de que o início do próximo ano lectivo não seja afectado. Reuniões preliminares com a DGES estão em curso para se encontrar a solução mais rápida e válida que, embora provisória, deverá permitir continuidade da instituição. Ao mesmo tempo, pretende-se colocar em funcionamento toda a parte não destruída.

O GD espera justificadamente que o MEC e o MOP acelerem a conclusão do novo edifício da FCL, repetidamente reconhecido necessário e prometido. E sem dúvida a única solução viável a longo prazo.

Em caso de se confirmar que a deflagração do incêndio se deve a fogo posto o, em particular, a actuação de um comando de extrema direita, o CD não quer deixar de lamentar e denunciar a acção criminosa daqueles que recorrem à destruição do património nacional de inestimável valor cultural e científico.»

Reunião do dois mil alunos e professores

Reunidos ontem, a título urgente e extraordinário, na Reitoria da Universidade de Lisboa, cerca de dois mil alunos, docentes e trabalhadores da Faculdade de Ciências decidiram, face à destruição da sua escola, que as avaliações de conhecimento se processem desde já, como é o caso das provas de Matemática que hoje se realizam no Anexo.

Por outro lado, e ainda de acordo com uma proposta subscrita pelos proponentes da decisão anterior, no caso de cadeiras cuja parte prática não pode ser sujeita a avaliação devido ao incêndio, foi decidido não incluir aquela parte na avaliação de conhecimentos, sem prejuízo para os alunos, tendo igualmente sido marcada nova assembleia geral de escola para o dia 4 de Abril, às 14.30, também na Reitoria.

A proposta, foi apresentada pelo presidente da Mesa da Assembleia de Representantes da Faculdade de Ciências, prof. João Luís Andrade e Silva. Pelo Conselho Directivo, Conselho Científico, Comissão de Trabalhadores e ainda, pela direcção da Associação de Estudantes.

Os seus autores sujeitaram ainda a aprovação da assembleia uma moção em que lamentam emocionalmente o imenso prejuízos culturais e materiais que sinistro acarretou.

No texto aprovado, afirma-se igualmente «a determinação unânime desta Faculdade de não interromper o seu trabalho, assegurando, imediatamente, o prosseguimento das actividades do presente ano lectivo, agradecendo ainda todos os testemunhos de solidariedade que já lhe chegaram de diversos quadrantes nacionais e internacionais» e declarando que «nota hora grave da sua história centenária, a Faculdade de Ciências de Lisboa segue-se unida e determinada, conciente, sem falsa modéstia dos serviços que prestou e continuará a prestar, na certeza de que um incêndio porventura ateado por uma ideologia criminosa, não conseguirá impedir nem sequer interromper a contribuição desta escola para a construção de um Portugal mais democrático e mais justo».

Telefonema de Mário Soares

O primeiro-ministro Mário Soares, ao ter conhecimento, na República Dominicana, do incêndio que destruiu a Faculdade de Ciências, telefonou imediatamente para Lisboa a fim de se inteirar mais pormenorizadamente do sinistro. Mário Soares, segundo informa Amop, manifestou o desejo de conhecer as consequências do incêndio em toda a sua gravidade e mostrou interesse em saber quais as providências já tomadas para garantir a continuidade dos cursos universitários.

Quem era aquele homem?

Não se leia aqui do abandono em que se encontram certos talhões do cemitério do Alto de S. João. Tão pouco das terras acumuladas ao longo das valetas. Já se sabe que este deve ser o mais desprezado dos cemitérios da Lisboa e não se está a falar em termos de elitismo, que na morte todos se igualam no respeito que se lhes deve. Ou se não se lhes vota por igual o mesmo respeito, assim devia ser. Mas não é.

Quem subir pelo lado do dentre da rua principal, à esquerda, encontrará um monumento funerário — um mausoléu de certa imponência — um entre os muitos que bordejam a dita rua. Mas, balançando a vista sobre a sua base, encontrará um buraco — uma cratera — que pôs a nu o interior do túmulo. No fundo, vêem-se as lábias de um esqueleto já meio desfeito.

De quem serão aqueles restos mortais, assim expostos, desrespeitosamente, aos olhos de quem passa sobre a miséria humana?

No túmulo há uma inscrição. Letras gravadas pelo homem a desgravadas pela intempérie:

«Aqui jazem os restos mortais de António Ferreira Ramos, comandante que foi da praça do Maranhão. N. a 3 de Agosto de 1803 e faleceu a 15 de Dezembro de 1861».

Quem era? Nos registos enciclopédicos não figura. Mas foi talvez algum daqueles portugueses mitiquedicidos que resistiram longamente no Norte do Brasil, contra a proclamação da sua independência.

O que ele foi, porém, não interessa, para além de saber-se que era um homem aquele que há mais de um século ali foi posto com respeito e hoje está exposto, miserável e miseravelmente, aos olhos e comentários de quem passa.

Não haverá maneira de pôr cobro a esta exposição que olendo tantos olhos dos que sofrem de saudade e mal da morte?

Acidente fabril causa milhares de contos de prejuízos

Ascendem a milhares de contos os prejuízos causados, por ruptura de um bloco da parede de um dos fornos da fábrica de garrafas Barbosa e Almeida, de Vila Nova de Gaia. Na altura em que o acidente ocorreu, aquele recepiculo encontrava-se cheio de vidro incandescente, a uma temperatura de 160 graus centígrados, que se derramou por toda a área da unidade fabril. Não se registaram desastres pessoais.

O sinistro registou-se cerca das 17 horas de sexta-feira, no entanto, dado tempo a que os 650 trabalhadores da empresa se puseram a salvo. Porem, rapidamente chamados os Bombeiros Municipais de Vila Nova de Gaia que, com material apropriado, puseram termo ao surto de incêndio provocado pelas chamas provenientes do forno.

Segundo os especialistas, o sector acidentado estava prestes a atingir o limite aconselhável de uso, tendo previsto a sua substituição, no próximo mês de Setembro, por um forno novo. Ainda de acordo com as declarações prestadas por um técnico ao «DN», aqueles locais de cozedura de vidro são muito caros, orçando cada unidade cerca de 80 mil contos.

Entretanto, a laboração da fábrica ficou bastante comprometida, devendo o nível de produção baixar em cerca de 40 por cento, o que vai afectar a satisfação dos diversos encomendas de clientes estrangeiros.

Bombeiros de Leixões têm novas viaturas

O governador civil do Porto, Mário Cal Brandão, presidiu, em Leixões, à cerimónia de inauguração de duas viaturas dos Bombeiros Voluntários daquela vila, a que assistiram também diversas entidades militares, religiosas e representantes de outras corporações do distrito.

As cerimónias tiveram início de manhã, com uma romagem ao cemitério de Serpins, onde foi prestada homenagem à memória dos bombeiros leixonenses já falecidos. A tarde realiz-ou-se o desfile de todas as corporações convidadas e de representações das várias colectividades da vila, após o que se procedeu à bênção das viaturas oferecidas por uma empresa industrial e por colectas entre o corpo activo e a população local.

(Foto «DN» — Armando Moreira)

Este canal que sai da fábrica de celulose em Cacia conduz os detritos que vão poluir o rio Vouga, problema que parece estar agora a caminho de ser solucionado

Secretário de Estado do Ambiente em Aveiro

Poluição do Vouga vai ser reduzida em 90 por cento

• *Serão avaliados os prejuízos causados nas culturas*

Vão ser reduzidos, em mais de 90 por cento, os problemas de poluição verificados no rio Vouga, em Cacia (Aveiro), ao mesmo tempo que se chegou a um acordo quanto aos prejuízos causados nas culturas naquele rio, provocados pelo lançamento do detritos por parte da Portucel. Estas foram as duas principais resoluções encontradas ontem, na deslocação, ao distrito de Aveiro, do arquitecto Gomes Fernandes, secretário de Estado do Ordenamento Físico e do Ambiente.

No decorrer de uma conferência de imprensa, efectuada após reunião no Governo Civil, o arquitecto Gomes Fernandes ofereceu a um balanço da jornada de trabalho considerando que o seu departamento está disposto a fazer uma política de exterior e não de gabinetes, ao mesmo tempo que está disposto a ir ao encontro dos problemas e sujar as mãos nelas».

Neste contexto, o secretário de Estado do Ordenamento Físico e do Ambiente, salientou que foi dado um passo importante decorrente do acordo entre a Portucel e os representantes da lavoura quanto ao modo de se proceder a uma avaliação dos prejuízos causados pela Portucel. Segundo aquele membro do Governo, será feito através dos serviços regionais do Ministério da Agricultura e Pescas, sob a coordenação do governador civil de Aveiro, tendo em vista essa avaliação ea fim de se resolver, a curto prazo, um contencioso que se vinha arrastando e que provocou conflitos e tensões sociais».

No que concerne às medidas de ataque à poluição, o secretário de Estado salientou que o tratamento primário dos efluentes, por sistema de decantação, estará pronto a funcionar em meados de 1979, o que permitirá evitar que os efluentes, sólidos, as fibras, se espalhem pelas culturas e pelo rio, com graves prejuízos. «É uma primeira fase, que não resolve o problema, mas torna-se fundamental», acrescentou. Por outro lado, o sistema de redução da poluição gasosa, portanto os cheiros e os fumos, serão diminuídos, a partir de meados do presente ano, em cerca de 90 por cento.

Entretanto, existem algumas dúvidas quanto a uma eventual levedura fac. assente num tratamento químico secundário, de modo a permitir que os efluentes despejados no rio saiam em condições mínimas em pulas de poluição ou a construção de um canal, há já bastante tempo idealizado, destinado o lançamento dos efluentes na ria, a uma quilómetros mais abaixo da Portucel.

Poluição na Caima

No entanto, ao problema do rio Vouga não ficará definitivamente resolvido sem que os do Caima encontrem uma solução e a executem. Torna-se necessário acelerar a execução das respectivas obras, já que os seus responsáveis se vincularam a prazos e preciso que eles sejam cumpridos, a fim de não se adiar a solução do problema».

Ainda no concernente à Companhia de Celulose do Caima, Ld.ª empregando quinhentos 300 trabalhadores, o secretário de Estado do Ordenamento Físico e do Ambiente deslocou-se à Companhia de Celulose de Cacia, onde os problemas são idênticos, estando no entanto os trabalhos de combate à poluição em estado mais atrasado do que no primeiro complexo industrial. Desta forma, o tratamento primário de efluentes por sistema de decantação visando o combate às matérias em suspensão, deverá iniciar-se no final do próximo ano e está orçado em cerca de 8 mil contos. No entanto estão a ser desenvolvidos diversos estudos para aplicação posterior do tratamento secundário, tendo em vista o aproveitamento dos efluentes para a fabricação de proteínas para a alimentação de animais, vulgarmente designada por «ração, assunto que embora em fase de estudo é tecnicamente viável, embora as instalações sejam bastante caras». A poluição fluvial do rio Caima, um afluente do Vouga, só daqui a cerca de três anos poderá ter resolvido o problema da poluição.

Entretanto, o segundo referiu o engº Cordeiro de Sousa, director técnico da empresa, vai proceder-se no estudo de questões sobre a poluição atmosférica, devendo ali ser instalada uma escova de evaporação a seco dos licores concentrados — produtos líquidos —, permitindo desta forma eliminar toda a poluição atmosférica, quer poeiras, quer fumos.

O investimento total para a instalação da unidade fabril de moídos, o tratamento por secagem dos licores e o tratamento biológico dos efluentes, está estimado em cerca de 350 mil contos.

(Foto «DN» — Armando Moreira)

O secretário de Estado do Ordenamento Físico e do Ambiente conversou em Cacia com os responsáveis pela celulose, sobre as soluções que apontam para a redução progressiva dos poluentes

Estado do Ordenamento Físico o do ambiente salientou, a propósito ado aproveitamento dos produtos que neste momento são lançados para o rio para o eventual fabrico de rações para animais, que o projecto está ainda muito longe poder, tendo sido levantadas algumas dúvidas, o que não significa que se deixe fiar o problema em ponto morto.

A projectada estrada que ligará Aveiro à Murtosa, que o arq.º Gomes Fernandes considerou de um «problema com alguma sensibilidade política», foi uma das questões abordadas na reunião privada que antecedeu o encontro com os jornalistas, ressalhando algumas dúvidas quanto a sua passagem sobre a ria de Aveiro e à sua localização. Segundo aquele membro do Governo, «há quem pense que o problema da estrada pode estar ligado a um sistema de dique ou de comportas que funcione simultaneamente como estrada e como barragem. É uma ideia que tem os seus inconvenientes, mas qualquer solução encontrada deverá compatibilizar e privilegiar uma área e um público existente na ria, que não pode ser levianamente destruído ou alterado, sem medir as suas incidências e repercussões».

A finalizar, o arq.º Gomes Fernandes considerou que o problema do Vouga era, na ordem de prioridades do país, um dos mais sérios mais quentes. No entanto, os casos de Alviela e do Almonda irão ser seguidamente analisados, bem como no entanto as possibilidades de terminar ou minimizar os efeitos da sua poluição.

Na reunião participaram, também, os engs. Correia da Cunha e Santos Mota, director da Hidráulica do Mondego, eng. Azevedo Sobral, o chefe do distrito, dr. Costa e Melo; os presidentes das Câmaras Municipais de Aveiro, Estarreja e Albergaria; presidente da Junta de Freguesia de Cacia; membros da Comissão de Defesa contra a Poluição de Cacia, Comissão de Apoio do Desenvolvimento da Região do Vouga, e presidentes da Comissão de Poluição do Mar e da Cooperativa Agrícola de Aveiro e Ílhavo.

Tratamento de cheiros em Cacia

O secretário de Estado efectuou na manhã de ontem duas visitas, uma à Portucel, em Cacia, Aveiro, e outra à Companhia de Celulose do Caima, no concelho de Albergaria, onde foi informado das soluções apontadas para a resolução de problemas de poluição ali existentes.

Na primeira destas unidades industriais, uma empresa nacionalizada que se dedica ao fabrico de pastas de papel, os engs. Carlos Vasconcelos e Carlos Ribeiro elucidaram o arq.º Gomes Fernandes das medidas que vão ser tificadas tendentes a cumbater a poluição que quer fluvial quer aérea, com graves implicações para a saúde das pessoas ali residentes. Assim, procedeu-se à instalação de uma nova caldeira de cooperação que entrará em funcionamento no próximo mês, com um novo electrofiltro e ainda um lavadouro de gases, dispondo de uma chaminé mais elevada do que aquelas existentes noutras caldeiras, a fim de reduzir a poluição aérea, o que será conseguido em mais de 90 por cento.

Por outro lado, uma caldeira actualmente em laboração e due fora ali instalada em 1953 e que está a causar graves problemas de poluição, cessará a sua actividade, procedendo-se à remodelação o arranjo de uma outra, actualmente em reserva, que entrará a sua actividade em Setembro próximo.

No que concerne aos maus cheiros, característica principal de Cacia, está a terminar a montagem do tratamento de cheiros (oxidação de lixivia negra), que permitirá, a curto prazo, a redução desses odores, igualmente em mais de 90 por cento, prevendo-se que seja Outubro o assunto da poluição aérea sofra a referida redução.

Quanto à poluição fluvial, que para além das implicações de ordem sanitária e de graves prejuízos para a agricultura e piscicultura, oferece um aspecto desolador, a retirar ao rio Vouga toda a beleza natural, foi já adjudicado o Efluente, processo de tratamento primário, prevendo-se a sua aplicação em meados do próximo ano, o que permitirá, igualmente, uma redução da poluição aérea em mais de 90 por cento. Este sistema está orçado em 15 mil contos.

Após uma visita às instalações da Portucel, o secretário de Estado do Ordenamento Físico do Ambiente deslocou-se à Companhia de Celulose de Caima, onde os problemas são idênticos, estando no entanto os trabalhos de combate à poluição em estado mais atrasado do que no primeiro complexo industrial. Desta forma, o tratamento primário de efluentes por sistema de decantação visando o combate às matérias em suspensão, deverá iniciar-se no final do próximo ano e está orçado em cerca de 8 mil contos. No entanto estão a ser desenvolvidos diversos estudos para aplicação posterior do tratamento secundário, tendo em vista o aproveitamento dos efluentes para a fabricação de proteínas para a alimentação de animais, vulgarmente designada por «ração, assunto que embora em fase de estudo é tecnicamente viável, embora as instalações sejam bastante caras». A poluição fluvial do rio Caima, um afluente do Vouga, só daqui a cerca de três anos poderá ter resolvido o problema da poluição.

Entretanto, o segundo referiu o engº Cordeiro de Sousa, director técnico da empresa, vai proceder-se no estudo de questões sobre a poluição atmosférica, devendo ali ser instalada uma escova de evaporação a seco dos licores concentrados — produtos líquidos —, permitindo desta forma eliminar toda a poluição atmosférica, quer poeiras, quer fumos.

O investimento total para a instalação da unidade fabril de moídos, o tratamento por secagem dos licores e o tratamento biológico dos efluentes, está estimado em cerca de 350 mil contos

Exposição de moda Outono/Inverno

Procura estrangeira de calçado e confecções

Transacções na ordem do dezenas do milhares do contos e carteiras de encomendas para o estrangeiro assegurando produções por períodos superiores a um ano, são os aspectos imediatamente positivos da exposição de moda Outono/Inverno (que ontem fechou na FIL).

Sectorialmente o vestuário encontrou uma grande movimentação por parte dos compradores de todo o País, ultrapassando as expectativas formuladas.

Do estrangeiro, a confecção portuguesa foi procurada, entre outros, por importadores da Argentina, Dinamarca, Espanha, França e Inglaterra, tendo são, nalguns casos, a produção nacional solicitada para grandes valores de produção. De notar que o factor qualidade dominou a procura estrangeira.

No que respeita ao calçado, verificou-se, além de vendas para todo o País, o estabelecimento de contactos com comerciantes inglesas, americanos e israelitas. Por seu turno, as malas de viagem e marroquinaria, que tinham uma expressão mais reduzida nesta Moda Outono/Inverno, conseguiram, de um modo geral, horas percentuais de mercado, tendo sido assumido especial interesse a compra efectuada por comerciantes madeirenses.

No que diz respeito a estampamentos apresentados, foram especialmente procurados os de confecção de malhas de fantasia, dentro das texturas de moda. Destas máquinas de confecção fabrico e com incorporação de materiais maioritariamente nacionais, foram transacionadas mais de uma dezena, com valores próximos dos dez mil contos.

De referir, neste campo, a presença de compradores estrangeiros em geral oriundos da Argentina, Austria, Brasil, Bulgária, Espanha, Equador, França, Holanda, Inglaterra, Israel, Grécia, Suíça, República Federal da Alemanha e União Soviética.

Vinte mil visitantes em dois dias

Finalmente, a realização do Salão Moda e Pertendo, patrocinado pela Associação dos Cabeleireiros e Barbeiros do Sul, constituiu um acontecimento no meio, na medida em que congregou mais de 500 profissionais, participantes no curso de reciclagem que ali se efectuou, com valores de assistência superiores a trêsmil pessoas.

Ao referirmos os numeros de visitantes, pode acrescentar-se que no sábado e domingo, dias em que o certame esteve aberto ao público, passaram pelos pavilhões da FIL mais de 20 mil pessoas.

Deste modo, consideram-se atingidos os objectivos deste primeiro salão do Pronto-a-Vestir e do Calçado, que procuraram a promoção do Pronto-a-Vestir do calçado nacionais estação Outono/Inverno, numa óptica estritamente profissionalizada. A confirmá-lo está o facto do dinamismo e eficácia que essa Moda Outono/Inverno conseguiu obter tanto nos mercados internos como nas relações de compradores estrangeiros, atentos a qualidade e competitividade da produção nacional.

Talhos de Lisboa restringem venda de carne de bovino

• *Durante 15 dias só será vendida carne da JNPP, como reacção às tabelas que vão entrar em vigor*

Os comerciantes de carne filiados na Associação de Lisboa decidiram suspender, por um período de 15 dias, a venda de carne de bovino, desde que não seja fornecida pela Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

Esta medida será adoptada a partir do dia 27 nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Loures, Cascais, Almada e Barreiro, como forma de protesto contra o abolamento da carne, o que, na opinião dos talhantes, já está ultrapassado antes de entrar em vigor.

Isto porque as tabelas de preços não são elaboradas de acordo com o preço real dos gados. Colocando como alternativa aos comerciantes ou o recurso à especulação ou a ruína económica das empresas e consequente criação de desempregos.

Críticas não foram poupadas à Junta Nacional dos Produtos Pecuários a quem acusam não só de incompetência mas também de protecção as empresas intervencionadas que concorrem, segundo foi afirmado, em situação privilegiada no sorteio da carne, cabendo semanalmente 40 por cento aos supermercados e cooperativas que empregam 500 trabalhadores e 60 por cento para os talhos que mantêm 5800 postos de trabalho.

Os ataques a JNPP foram reforçados pelo facto de os dirigentes da Associação dos Comerciantes de Carnes de Lisboa, Concelho de Lisboa e outros terem estado presentes numa reunião para analisarem a nova tabela de preços que entrará brevemente em vigor. Segundo um dos elementos da associação foram aconselhados a discutir um trabalho já feitos. No entanto, foi apresentado pelos representantes da ACCL uma proposta para que o tabelamento da carne passe a ser feito pelas associações, mediante a aprovação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, proposta que se encontra para estudo naquele organismo.

Diversos associados usaram da palavra para salientar que os novos preços previstos para a carne não permitem que os talhantes tenham uma margem de lucro justa, apelando portanto para que se liberalizem os preços de venda ao Público ou alternativamente os comerciantes de carne irão sucessivamente a falência.

Nesse sentido e porque a situação ase vem protelando há muitos os comerciantes de carne de associações de Lisboa decidiram aprovar a proposta que prevê a suspensão por 15 dias da venda da carne de bovino não fornecida pela JNPP.

Esta medida adoptada pelos comerciantes de carne poderá dentro em breve provocar uma ruptura no abastecimento ao público dado que a carne de bovino fornecida pela JNPP representa apenas cinco por cento das necessidades de consumo dos concelhos atingidos.

A finalizar foi aprovada outra proposta que prevê um abaixo-assinado entre os filiados na Associação de Lisboa protestando contra a «forma violenta e arbitrária como foi tratado um comerciante de Matosinhos, preso aos 62 anos por alegada especulação.